



Ano 1 – N.º 009 – 03 à 14/12 de 2018

INFORMATIVO LEGISLATIVO

Sistema CNSaúde



FEHOESG

FEHOESG



FEBASE

FEHOESP



CNSaúde
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

Destaque da Quinzena

Câmara regulamenta digitalização de prontuários médicos

Câmara dos Deputados – 05/12/2018

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (5) regras para a digitalização de prontuários médicos dos brasileiros, contidas no [Projeto de Lei 10107/18](#), do Senado. Os dados em formato eletrônico deverão ter certificação digital para que sejam equivalentes ao original para todos os fins.

A proposta segue para sanção presidencial e foi aprovada com uma emenda de redação para deixar claro que os prontuários eletrônicos também estão submetidos à Lei Geral de Proteção dos Dados (Lei 13.709/18), com o objetivo de garantir a privacidade dos pacientes.

“É a garantia do efetivo sigilo dos prontuários”, defendeu a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

O relator, deputado Darcísio Perondi (MDB-RS), disse que a proposta vai modernizar o setor médico e tem o aval do Ministério da Saúde e do Conselho Federal de Medicina. “Há hospitais que alugam galpões, que dedicam um ou dois andares aos prontuários de papel. No século 21, temos a inteligência artificial, a internet das coisas e nós precisamos modernizar a medicina”, defendeu.

O texto deixa claro que o armazenamento dos dados deve garantir a proteção contra o acesso, o uso, a reprodução e o descarte não autorizados, seguindo regulamento a ser formulado posteriormente. A regulamentação do Poder Executivo vai determinar ainda os parâmetros e requisitos para o processo de digitalização dos dados já existentes sobre os pacientes e definir as características e requisitos do sistema eletrônico no qual os dados serão incluídos.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

CNSaúde

SRTV/S - Quadra 701, Conj. E - Ed. Palácio do Rádio I - Bl. 3, N.º 130 - 5.º Andar
Asa Sul - Brasília - DF - CEP: 70340-901 - www.CNSaude.org.br
Tel.: (61) 3321-0240 - Fax: (61) 3321-0250

Câmara dos Deputados

[Seguridade aprova redução de tributos sobre eletricidade para hospitais federais](#)

14/12/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara aprovou o [Projeto de Lei 8649/17](#), do deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), que pretende isentar o fornecimento de energia elétrica para os hospitais públicos federais do pagamento das contribuições ao PIS/Pasep e para o financiamento da Seguridade Social (Cofins). O texto altera a Lei 10.865/04, que trata desses tributos.

[Seguridade inclui doença de pele na lista oficial de doenças graves](#)

14/12/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 3805/12](#), do Senado, que inclui o xeroderma pigmentoso na lista de doenças que dispensam o prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez aos segurados do Regime Geral de Previdência Social.

[Seguridade aprova projeto que obriga SUS a usar registro de preço na compra de medicamentos e descartáveis](#)

14/12/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 8510/17](#), da deputada Norma Ayub (DEM-ES), que pretende tornar obrigatório o uso do registro de preços na aquisição de medicamentos e de insumos clínicos e hospitalares descartáveis por unidades do Sistema Único de Saúde (SUS). O texto altera a Lei das Licitações (Lei 8.666/93).

[Desenvolvimento Econômico aprova criação do "Selo Empresa Cidadã"](#)

14/12/2018

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que cria o "Selo Empresa Cidadã" para atestar a responsabilidade social e ambiental das empresas brasileiras ([PL 8224/17](#)).

[Câmara regulamenta profissão de técnico em imobilização ortopédica](#)

13/12/2018

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (13) a regulamentação da profissão de técnico em imobilizações ortopédicas ([PL 1681/99](#)). A proposta define a área de atuação do profissional, responsável pela aplicação e retirada de gesso e outras imobilizações ortopédicas, como talas. Será exigido nível médio e curso técnico com duração mínima de dois anos em instituição reconhecida pelo governo. A proposta segue para sanção presidencial.

[Câmara aprova prazo de 30 dias para exame diagnóstico de câncer](#)

13/12/2018

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (13) proposta que garante aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) com suspeita de câncer o direito ao exame de biópsia em no máximo 30 dias, contados a partir do pedido médico ([PL 275/15](#)). A proposta segue para o Senado.

[Indicado para a Secretaria de Previdência Social, Marinho diz que reforma deve ser votada no 1º semestre de 2019](#)

12/12/2018

O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), indicado pelo presidente Jair Bolsonaro para assumir a Secretaria de Previdência Social e Trabalho no novo governo, disse hoje que é preciso "salvar" o sistema atual porque ele está "falido".

[Comissão especial aprova reforma tributária: parecer de Haully vai a Plenário](#)

11/12/2018

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a reforma tributária (Proposta de Emenda à Constituição 293/04) aprovou nesta terça-feira (11) o relatório do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Hauly apresentou uma complementação de voto, que promoveu ajustes no texto apresentado em novembro, mas sem alterar a ideia geral de simplificar o sistema tributário brasileiro.

[Seguridade Social aprova obrigatoriedade para plano de evacuação em situação de risco para estabelecimentos](#)

11/12/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou projeto que torna obrigatório o plano de evacuação em situação de risco para estabelecimentos, edificações de comércio e serviços e áreas de reunião de público com ocupação potencial igual ou superior a cem pessoas (PL 8147/17).

[Comissão obriga hospitais a darem publicidade a direitos de crianças e adolescentes hospitalizados](#)

07/12/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o [Projeto de Lei 9370/17](#), que obriga estabelecimentos de atendimento à saúde a afixarem, em local visível e de fácil acesso, relação atualizada dos direitos da criança e do adolescente hospitalizados, de seus pais e acompanhantes. Apresentado pela deputada Maria do Rosário (PT-RS), o projeto insere a medida no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

[Comissão aprova conselho com participação da sociedade em unidade que atende pelo SUS](#)

07/12/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou nesta quarta-feira (5) o [Projeto de Lei 6234/16](#), da deputada Renata Abreu (Pode-SP), que cria um conselho gestor, com partici-

pação da comunidade, nas unidades de saúde públicas e privadas que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta recebeu parecer favorável do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), que destacou a importância da participação da sociedade na gestão dos hospitais e clínicas que prestam atendimento pelo SUS.

[Seguridade aprova notificação obrigatória de embriaguez em crianças e adolescentes](#)

06/12/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou proposta ([PL 4231/2012](#)) que obriga médicos e outros profissionais de saúde a notificar pais, responsáveis legais e Conselho Tutelar sobre crianças e adolescentes atendidos por embriaguez ou consumo de substâncias psicotrópicas.

[Câmara aprova emenda do Senado à MP de auxílio a santas casas; texto segue para sanção](#)

05/12/2018

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (5) emenda do Senado à [Medida Provisória 848/18](#), que cria uma linha de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para socorrer as santas casas e os hospitais filantrópicos que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A matéria será enviada à sanção presidencial.

[Câmara aprova incentivo a trabalhador que realizar exame preventivo de câncer](#)

04/12/2018

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (4) proposta que permite ao trabalhador se ausentar do trabalho para realizar exames preventivos contra o câncer. O texto aprovado é uma emenda do Senado ao [Projeto de Lei 843/07](#), do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA). A emenda prevê a ausência comprovada, sem prejuízo do salário, por até três dias em cada 12 meses de trabalho.

[Seguridade Social rejeita atendimento prioritário de doador no SUS](#)

05/12/2018

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados rejeitou nesta terça-feira (4) projeto de lei ([PL 5805/16](#)) do deputado Valdir Colatto (MDB-SC) que, entre outros pontos, concede preferência de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) aos doadores de órgãos e seus familiares, e criminaliza a destruição de órgão disponibilizado para transplante.

[Câmara aprova projeto que prevê exame de ecocardiograma fetal em gestantes](#)

04/12/2018

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (4) o [Projeto de Lei 5248/16](#), do deputado Weverton Rocha (PDT-MA), que inclui o ecocardiograma fetal entre os exames a serem oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A matéria, aprovada na forma do substitutivo da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), será enviada ao Senado.

Senado Federal

[Adicional de insalubridade para gestantes está na pauta do Plenário](#)

14/12/2018

O projeto que regulamenta o trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres também pode ser votado pelo Plenário nesta terça-feira (18). O [PLS 230/2018](#) foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com emenda que garante o pagamento de adicional de insalubridade tanto na situação em que a mulher seguir trabalhando quanto na hipótese de se afastar durante a gestação ou a amamentação.

[Senado aprova regulamentação da profissão de psicomotricista](#)

11/12/2018

O Plenário aprovou nesta terça-feira (11) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) [74/2018](#), que regulamenta a profissão de psicomotricista. Pelo projeto, que também autoriza a criação dos conselhos federal e regionais de psicomotricidade, poderão exercer a atividade de psicomotricista os profissionais registrados nos conselhos regionais que tiverem diploma de curso superior de psicomotricidade, além dos portadores de diploma de curso de pós-graduação nas áreas de saúde e de educação com especialização em psicomotricidade até 48 meses após a promulgação da lei. A atividade também poderá ser exercida pelas pessoas que, até a data do início da vigência da lei, tenham comprovadamente exercido a atividade de psicomotricidade. O texto será encaminhado à sanção presidencial.

[Novo Código Comercial define empresário formal, individual e informal](#)

11/12/2018

O novo Código Comercial classifica como empresa a atividade econômica organizada para produção de bens e serviços e define como empresário formal aquele inscrito no Registro Público de Empresas — as antigas juntas comerciais. O Projeto de Lei do Senado (PLS) [487/2013](#) admite ainda a existência do empresário individual, que poderá se inscrever no Registro Público por meio eletrônico. Ele deve exercer a atividade em regime fiduciário: no caso de falência, o patrimônio pessoal não pode ser usado para pagar dívidas da atividade empresarial.

[Enviada para sanção proposta que assegura cirurgia reparadora nos dois seios para mulheres com câncer](#)

29/11/2018

A proposta ([PLC 05/2016](#)) aprovada pelo Congresso Nacional e encaminhada à sanção presidencial assegura às mulheres com câncer de mama o direito à cirurgia plástica reparadora nos dois seios, ainda que o tumor se manifeste em apenas um deles. Dessa forma, a cirurgia

plástica reparadora será feita nas duas mamas, mesmo que o tumor esteja restrito a uma delas. O relatório da senadora Marta Suplicy (MDB-SP) estabelece que as reconstruções das mamas, auréolas e mamilos devem ser feitas tanto pelo SUS como pelos planos de saúde. Marta Suplicy explicou que a proposta garante a simetria entre os seios e mais qualidade de vida para as mulheres.

[Saúde terá recorde de recursos para 2018, afirma ministro](#)

06/12/2018

O ministro da Saúde, Gilberto Occhi, disse nesta quinta-feira (6) a parlamentares que em 2018 serão aplicados R\$ 131,4 bilhões na área de saúde pública brasileira, um recorde para o setor e acima do piso constitucional de R\$ 112 bilhões. O ministro, que vai deixar o cargo no fim de dezembro, esteve nesta quinta na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para prestar contas sobre indicadores da área nos dois primeiros quadrimestres do ano.

[CAS defende revisão da tabela do SUS e política de Estado para santas casas](#)

05/12/2018

O governo precisa urgentemente pensar em uma maneira de fazer a revisão da tabela do Sistema Único de Saúde paga às santas casas e a outros hospitais filantrópicos. Essa é uma das recomendações presentes no [relatório](#) do senador Dalirio Beber (PSDB-SC) sobre a política pública de atenção hospitalar às entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços ao SUS. O documento foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) nesta quarta-feira (5).